

2º Congresso Nacional dos Economistas,

Ordem dos Economistas

11 e 12 de Outubro de 2007, Centro de Congressos de Lisboa

Título da comunicação:

Ser economista hoje, em Portugal. O que mudou com a implementação da Declaração de Bolonha

J. Cadima Ribeiro

Escola de Economia e Gestão e NIPE
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710 – 057 Braga
Tel: + 351 253604540
jscadima@eeg.uminho.pt

Resumo:

Se é sabido que a Economia, como ciência, se preocupa com a realização de escolhas de utilização de recursos escassos no quadro da satisfação de necessidades individuais ou sociais, afigura-se bem mais problemático dizer o que é ser economista hoje, em Portugal. A dificuldade que se anota levou-me, não há muito tempo, a exprimir embaraço quando essa questão me foi colocada, à semelhança de outros conhecidos colegas de “profissão”. Embora talvez não devesse ser assim, a dificuldade da questão alargou-se nos últimos tempos, não apenas em razão da complexificação das economias mas, igualmente, da transformação porque passam os *curricula* do ensino superior. É que, embora uma melhor adequação das formações oferecidas às necessidades das empresas e da sociedade fosse o grande argumento invocado pelo decisor político para precipitar a mudança, o acolhimento das “novas” formações pelo mercado de trabalho ficou fora da equação. É destes problemas difíceis e deste paradoxo que esta comunicação fala.

Introdução

Se é sabido que a Economia, como ciência, se preocupa com a realização de escolhas de utilização de recursos escassos, no quadro da satisfação de necessidades individuais ou sociais (ilimitadas), e se socorre de um conjunto de teorias e modelos (económicos) para compreender e resolver problemas, afigura-se bem mais problemático dizer o que é ser economista hoje, em Portugal. Assim é, porque se, por um lado, se adopta uma perspectiva analítica, somos reconduzidos à definição de Economia, e se, por outro lado, se aposta numa abordagem descritiva, somos conduzidos a listar um conjunto de actividades ou perfis que, para além de particulares, são contingentes, isto é, podem existir hoje mas não amanhã.

A dificuldade que se anota levou-me, não há muito tempo, a exprimir embaraço quando essa questão me foi colocada (a saber: “o que é ser economista hoje?”), à semelhança de outros conhecidos colegas de “profissão”. Como saída, optei então por refugiar-me na memória do percurso profissional constante do meu *Curriculum Vitae* (CV).

Embora talvez não devesse ser assim, a dificuldade da questão alargou-se nos últimos tempos, não apenas em razão da complexificação das economias mas, igualmente, da transformação porque passam os *curricula* do ensino superior, por força da reforma ditada pela chamada Declaração de Bolonha.

É que, embora uma melhor adequação das formações oferecidas às necessidades das empresas e da sociedade, em geral, fosse o grande argumento invocado pelo decisor político para precipitar a mudança, por paradoxal que isso pareça, o acolhimento das “novas” formações pelo mercado de trabalho ficou fora da equação, quer dizer, a melhor adequação da formação oferecida às necessidades do mercado manteve-se ou foi mantida alheada da reforma em curso.

É destes problemas difíceis e deste paradoxo que esta comunicação fala.

Numa primeira secção, tratar-se-á a dificuldade de precisar o exercício profissional do economista, reportando-o à realidade do funcionamento das economias dos nossos tempos e à relevância que os contextos e os valores têm no desempenho destes profissionais. Sublinha-se, também, as implicações daí decorrentes em matéria de perfil de formação superior. Numa segunda secção, far-se-á um breve enunciado daqueles que vão sendo os factores que suportam a transformação em curso das economias, com expressão na abertura e globalização dos mercados. Numa terceira secção, invocar-se-ão os princípios informadores da reforma do ensino superior, nos termos da declaração de Bolonha, e as expectativas e receios que gerou (vem gerando) nos estudantes, nos professores e nas instituições de ensino. A concluir, retomar-se-á a temática do que é ser economista hoje, em Portugal, para sublinhar que a reforma em curso no ensino superior não veio ajudar a encontrar a resposta para a questão enunciada nem tornou mais linear o trajecto para a angariação da formação adequada.

1. O que é ser economista hoje?

Como forma de aproximar a questão em título, recuperam-se nos parágrafos seguintes as respostas dadas por alguns colegas, professores de economia ou de gestão e economistas inscritos na Ordem, à pergunta que a esse respeito lhes foi endereçada, no contexto da preparação do 2º Congresso Nacional dos Economistas. Estas respostas foram divulgadas em primeira-mão na *Carta Informativa* da Ordem dos Economistas de Abril pp. (Ano 9, Nº 1, Abril 2007). Quando se diz recuperam-se as respostas, quer-se dizer que se retêm algumas passagens dos textos produzidos, endereçando, em primeiro lugar, directamente a questão do que é ser economista hoje, e, depois, o contexto em que os profissionais vêm desenvolvendo a sua actividade. A

invocação deste conjunto de pequenos textos finaliza com o sublinhado que daí emerge da transformação porque passa a formação universitária, criando espaço para a reflexão que será retomada adiante sobre em que medida é que a formação académica está a dar resposta aos problemas que os economistas de hoje enfrentam, isto é, às exigências que se põem em matéria de formação profissional superior em economia e gestão.

1.1. Uma resposta pessoal

A digressão pelas ideias defendidas pelos inquiridos pela Ordem no contexto referido abre com a invocação do texto-resposta que eu mesmo escrevi. Esse texto começava, precisamente, por notar o “embaraço” que a solicitação que me provocara (Ribeiro, 2007, p.11), tanto mais que, embora reconhecendo-me na figura do economista, mais facilmente me identificava como professor e investigador, por serem as minhas actividades principais.

A resposta que dei à “encomenda” encontrei-a olhando para as anotações constantes do meu CV, de onde destaquei meia dúzia de elementos ligados ao meu desempenho em matéria de “estudos económicos” e “gestão de organizações”, que não as decorrentes do meu estatuto de académico. Em concreto, deixei a referência a estudos de avaliação de potencialidades de investimento, e de viabilidade e de impacte económico, a participação em equipas encarregues da elaboração de planos estratégicos e outros planos de desenvolvimento regional, e, em matéria de funções de gestão, mencionei o meu envolvimento em estruturas directivas de gabinetes ligados à mobilidade transfronteiriça de trabalhadores, à produção de informação estratégica para apoio à operação das indústrias têxtil e vestuário e a minha vivência de gestão de uma agência de desenvolvimento regional (Ribeiro, 2007, p.11).

1.2. Outras respostas dadas

Não deixando de notar o embaraço ou a dificuldade de dar resposta directa e inteligível à questão colocada (o que é ser economista, hoje?), outros interpelados optaram dar respostas mais analíticas. Estão entre elas as de Efigénio Rebelo e Rui Neves, Manuel Brandão Alves, Carlos Pinho e João F. Proença.

Efigénio Rebelo e Rui Neves, em concreto, dizem que os economistas “são aqueles que transportam para a vida social os modelos de racionalidade comportamental que estão na base de uma melhor combinação dos recursos existentes e, por conseguinte, na optimização do retorno que decorrerá da sua afectação” (Rebelo e Neves, 2007, p.10).

Por sua vez, M. Brandão Alves, afirma que “Economista é todo o profissional que tem como objecto do seu trabalho a resolução de problemas económicos. [...] um problema económico é um problema que tem como objecto encontrar a melhor solução para com recursos escassos produzir bens e serviços que permitam satisfazer necessidades que são abundantes”. Acrescentando, em segunda leitura, que “economista será todo o que, qualquer que seja o nível de intervenção profissional que possuir, for capaz de compatibilizar, no tempo e no espaço, soluções eficientes com soluções equitativas, processos competitivos com processos de inclusão” (Alves, 2007, p.13).

Este segundo enunciado merece-me um particular destaque já que introduz a dimensão ética no seio de uma problemática aparentemente estritamente técnica de uso (eficiente) de recursos, e não o faz reportado a realidades abstractas. Momentos históricos dados (dimensão tempo) e realidades territoriais concretas (dimensão espaço) são os contextos em que a conciliação entre aproveitamento eficiente de recursos e justiça distributiva e oportunidade de realização económica (equidade e

inclusão) deverão acontecer. A essa luz, a própria definição das necessidades sociais a satisfazer deverá ser inspirada por considerações éticas, o que reclama um economista socialmente comprometido, ao invés de um simples maximizador da oferta de produtos e serviços ou de vendas.

Uma definição mais apegada ao contexto funcional quotidiano do exercício da “profissão” é o que nos é proposto por Carlos Pinho. Segundo este, “Ao economista cabe, em múltiplos domínios da actividade e nas diversas instituições em que exerce a sua actividade, enquadrar as problemáticas que se lhe deparam, equacionar os diversos meios de actuação e ter capacidade de instrumentalizar as soluções mais adequadas às organizações em que se enquadra” (Pinho, 2007, p.8). No mesmo sentido vai a proposta de João F. Proença: (os economistas) “Muitos deles, tratam das questões administrativas e financeiras, fiscais, etc. de empresas ou de outro tipo de organizações, onde, nalguns casos, administram e gerem recursos escassos (financeiros ou não), tentando deles obter o maior rendimento ou produtividade” (Proença, 2007, 10).

Note-se aqui a emergência da diversidade sectorial/funcional por onde se espraia a actividade dos técnicos (economistas/gestores): a área financeira; a área administrativa; a área fiscal; e, obviamente, as dimensões macro e micro de abarcar os problemas económicos e procurar dar-lhes solução.

Essa explicitação da variedade de campos de actuação e da complexidade dos problemas com que os economistas (em sentido lato) têm que lidar é ainda mais evidenciada por José Manuel Belbute, ao sublinhar que os economistas “são hoje chamados a colocar os seus conhecimentos ao serviço da análise, compreensão e resolução de problemas e de temas tão variados como a regulação sectorial, a sustentabilidade, o ambiente, a saúde, a criminalidade, etc.” (Belbute, 2007, p.12).

Implicitamente, deixa também destacado que os problemas económicos são os de cada tempo e lugar concreto, quer dizer, mesmo que o objecto e o método se mantenham os mesmos, as respostas que importa dar são as que forem sendo colocadas pelas realidades económicas/empresariais que vão emergindo. Os valores que as informam não se podem alhear dos das sociedades que as enquadram. Nesse sentido, é algo arriscado, senão minimalista, reter a ideia que “Ser economista é, sobretudo, saber manejar bem os números”, como propunha Maria José Constâncio (2007, p13), na sua resposta ao inquérito que temos vindo aqui a invocar.

Definir o que é o economista hoje, não é o mesmo, claro está, que explicitar os “actos” próprios da profissão. Não o é, digo, na própria medida em que, como o diz Pedro Pita Barros (2007, p.14), “Não existe um ‘acto’ típico de economista”, com o que muitos de nós concordarão. Assim sendo, exercer “economia”, fazer “economia” só pode ser “aplicar um corpo de conhecimentos próprios para compreender e resolver problemas, só pode ser “uma forma de pensar, mais do que um ‘acto’ específico” (Barros, 2007, p.14).

É, entretanto, um exercício profissional – como provavelmente deveriam ser todos os que implicam com o bem-estar dos indivíduos e das sociedades, qualquer que seja a actividade profissional que esteja em causa – onde importa conseguir “A combinação de rigor técnico com sensibilidade na transmissão da mensagem” (Sequeira, 2007, p.14). Esse é certamente, diz bem Tiago Sequeira (2007, p.14), “um elemento crucial na afirmação de um economista no mercado de trabalho” (Sequeira, 2007, p.14). Nesta leitura do que é ser economista emerge, uma vez mais, a questão dos valores sociais a que me reporte antes.

1.3. Elementos complementares de resposta (o economista, o contexto e os valores sociais)

Nalgumas das definições retidas emergia a ideia de variedade de campos de actuação e de complexidade dos problemas com que os economistas têm que lidar e, de forma mais ou menos explícita, estava presente o contexto de abertura e de globalização das economias. Essa problemática e suas implicações no exercício da profissão aparecem enunciadas de forma clara por Carlos Pimenta (2007, p.9). Afirma este que “O processo de mundialização acelerada iniciada nos anos 80 do século passado veio mudar radicalmente o quadro de referência dos economistas, pois as distâncias geográficas ‘deixam’ de existir na dinâmica económica e a quantificação económica de todos os fenómenos sociais fazem com que o economista (...) não possa ser alheio a nada do que aconteça à escala planetária”. Para concluir, de seguida, “Contudo esta constatação para a boa gestão do económico gera uma profunda contradição entre a especialização e o economicismo a que o economista é forçado e a interdisciplinaridade e informação cultural plena que a realidade exigiria.” (Carlos Pimenta, 2007, p.9). Esta dimensão surge, igualmente, sublinhada por João F. Proença (2007, p.10): “Hoje, os economistas portugueses trabalham em ambientes multiculturais, em contexto internacional e europeu em particular, em ambientes de grande pressão que muitas vezes exigem capacidade de liderança, capacidade de aprender ou de se adaptar a situações novas e a ambientes ou meios culturais diversos”. Daí retira o mesmo autor a perspectiva de que, hoje, o economista “tem que evidenciar que sabe, que sabe fazer e que sabe ser, o que para além de conhecimentos específicos exige competências comportamentais.” (Proença, 2007, p.11).

Neste enquadramento, resulta difícil entender a afirmação a dado passo feita por José Manuel Belbute (2007, p.12) de que, “no essencial, as funções que hoje se exigem a um economista não diferem muito das que seriam expectáveis há uma geração atrás”,

o qual, todavia, logo esclarece que “os economistas são interventores sociais em vários planos, e a sua esfera de intervenção foi incluindo cada vez mais novas actividades e sectores, em grande medida como resultado da evolução da realidade e, conseqüentemente, do conhecimento.” (Belbute, 2007, p.12). Ideias, em certa medida complementadas por Orlando Petiz (2007, p.14) na afirmação de que “O economista deverá ter, a par das suas capacidades técnicas, capacidades emocionais [...]”.

1.4. O economista e a sua formação: algumas considerações

Trazendo para primeiro plano o contexto em que se vem desenvolvendo a actividade do economista e do gestor e a complexidade daí decorrente, as derradeiras reflexões que recupero servem também para pôr em evidência a urgência de respostas adequadas a nível de formação académica e profissional deste corpo técnico. A isso se refere, de forma preocupada e crítica, Carlos Pimenta (2007, p.9), nomeadamente, na passagem seguinte: “O maior reconhecimento da importância da economia e a ideologia economicista como ‘religião’ da globalização aumentam o valor social do economista e atribui a alguns a função de apaziguadores das consciências. Mas a massificação da formação de economistas ao longo de décadas e as características actuais do mercado de trabalho reforçam a precariedade do emprego de muitos e promovem a despromoção funcional”.

De uma forma bem mais terra à terra, João F. Proença (2007, p.11), reporta-se aos reptos lançados em matéria de formação do seguinte modo: “Hoje, é muito difícil exercer a profissão de economista sem o domínio de competências específicas de áreas disciplinares próximas como a gestão (onde, naturalmente, insiro as contabilidades, o marketing ou a fiscalidade, conhecimentos sobre negociação, gestão de pessoas, etc.) e sem acesso a teorias, métodos e técnicas de outras áreas do

conhecimento, particularmente da psicologia e da sociologia, do direito e da ciência política, da matemática e da informática, entre outras.” (Proença, 2007, p.11). Ideias que são reforçadas por estas outras: “Contrariamente ao que sucedia há alguns anos atrás, a formação inicial (de 1º ciclo) não pode/deve ser encarada como definitiva e para o resto da vida. Hoje, um aluno finalista de economia sabe (ou deve ter consciência) que o conjunto de actividades onde pode desenvolver, com utilidade, a sua actividade é bem mais vasto e, que por isso, a sua formação não está completa no dia em que receber o seu diploma.” (Belbute, 2007, p.12). Além disso, sublinha, “Os conhecimentos adquiridos [...] arriscam-se a ficar rapidamente desactualizados. Por isso e contrariamente ao que sucedia há alguns anos atrás, a formação inicial deve ter um carácter mais flexível e generalista que alie uma sólida formação económica de base (em macroeconomia, microeconomia e métodos quantitativos) à aquisição de competência, de capacidade e de atitudes (capacidade de trabalho em equipa, de tomada de decisões, de relacionamento e de iniciativa) que valorizem os estudantes e lhes facilitem a sua inserção no mercado de trabalho” (Belbute, 2007, p.12).

A dificuldade, que José Manuel Belbute não endereça mas que seguramente terá presente, está em conjugar uma formação sólida em macroeconomia, microeconomia e métodos quantitativos com todas as exigências em termos de domínio de técnicas, teorias e comportamentos que antes são enunciadas como sendo imprescindíveis para o sucesso profissional dos nossos tempos e com a redução das escolaridades totais e parciais a nível de formação do 1º ciclo dos cursos do ensino superior. É que, faça-se claro, o reforço da formação em termos de macroeconomia, microeconomia e métodos quantitativos, em simultâneo com a redução das ditas escolaridades acaba por reduzir os cursos do 1º ciclo a projectos de ensino que pouco mais oferecem em matéria de programas escolares que macroeconomia, microeconomia e métodos

quantitativos. Obviamente, que esses programas podem ser transmitidos recorrendo a novos modelos de ensino-aprendizagem que impliquem e suscitem novos comportamentos nos formandos mas, nessa vertente, dão-se agora os primeiros passos em Portugal, e o processo tem sérias dificuldades, mesmo porque o ensino superior não existe isolado de toda a realidade do ensino e formação do país.

Que o 1º ciclo não responderá aos reptos da complexidade da gestão das economias modernas, disso não restarão dúvidas a ninguém, suponho.

2. Abertura das economias e globalização dos mercados

Conforme foi já suficientemente sublinhado nos parágrafos precedentes, quando se considera, hoje em dia, o exercício profissional do economista ou quando se invoca a problemática da gestão e do desenvolvimento de um território, país ou região, as questões da abertura da sua economia e da respectiva inserção na divisão internacional do trabalho não podem deixar de estar presentes. Não é por acaso que se considera que o tempo que atravessamos é o da globalização dos mercados. O que também quer dizer que um consumidor remoto pode ser mais importante que o cliente próximo.

São peças da dita globalização, entre outras, as seguintes: i) a concorrência transnacional, que traz associada ou se suporta em ganhos de escala, economias de custos de mão-de-obra e em *dumpings* sociais; ii) a liberalização do comércio mundial, com as correspondentes redução de tarifas e eliminação de contingentes; iii) a desregulação da economia, isto é, a redução da intervenção dos Estados (Ribeiro e Santos, 2006).

Esta dinâmica vai a par de outra onde se conjugam as atitudes e desejos dos consumidores e as estratégias de negócio das empresas, marcada i) pela crescente

segmentação dos mercados (produtos *light*; produtos ecológicos), ii) pelo aumento do rendimento e aparecimento de novos grupos de consumidores (crianças/jovens; idosos; consumos apoiados no crédito), iii) pela afirmação de ciclos de vida dos produtos mais curtos e desfasados entre países/regiões e iv) pela valorização pelo consumidor de factores dinâmicos da competitividade como a marca, o *design*, a qualidade, a personalização do produto, o serviço pós-venda.

É este contexto e esta dinâmica das economias e das sociedades, como um todo, que dão substância aos reptos em matéria de desempenho e de formação a que se reportava João F. Proença na passagem das declarações já transcritas: (hoje, o economista) “tem que evidenciar que sabe, que sabe fazer e que sabe ser, o que para além de conhecimentos específicos exige competências comportamentais.” (Proença, 2007, p.11); “Hoje, é muito difícil exercer a profissão de economista sem o domínio de competências específicas de áreas disciplinares próximas como a gestão [...] e sem acesso a teorias, métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento, particularmente da psicologia e da sociologia, do direito e da ciência política, da matemática e da informática, entre outras.” (Proença, 2007, p.11). É que as respostas que os técnicos têm que dar são as que lhe são postas pelo funcionamento dos mercados (economias nacionais, empresas, organizações concretas) e, além do mais, têm que visar a eficiência no uso dos recursos e a eficácia nos resultados.

E é neste cenário, igualmente, que as soluções em matéria de formação dos profissionais dos diversos ofícios têm que ser encontradas, percebendo-se do que se adianta acima sobre a evolução dos mercados, das técnicas de produção e de comunicação e das atitudes de consumidores que essas respostas deverão surgir cada vez mais do trabalho de equipas pluridisciplinares e cada vez menos da acção isolada do economista ou do responsável pelo operador global de que se fala.

A esta luz não se questiona a urgência da reforma das instituições de ensino superior e dos *curricula* dos cursos, a pretexto ou não da chamada “Declaração de Bolonha”. O que se questiona é se há espaço para uma Bolonha à portuguesa.

3. Bolonha à portuguesa

Várias instituições de ensino superior nacionais, incluindo aquela onde trabalho, arrancaram no início do ano lectivo passado com o formato dito de “Bolonha” dos seus cursos de 1º ciclo. Esta mudança gerou receios e expectativas, entre alunos e professores, pelo que supunha de mudança na estrutura dos cursos e, sobretudo, nos modelos de trabalho e de relação entre uns e outros. Fora desta equação ficou o acolhimento das “novas” formações pelo mercado de trabalho, alheado da reforma em curso, embora uma melhor adequação das formações oferecidas às necessidades das empresas e da sociedade, em geral, fosse o grande argumento invocado pelo decisor político para precipitar a mudança.

As expectativas e receios gerados são bem ilustrados nas frases que retenho adiante, da autoria de alguns dos alunos que tive em 2007/2008, e que se encontram disponíveis em artigos de opinião que os incitei a produzir no quadro de uma unidade curricular de que fui responsável.

Passemos à invocação das opiniões expressas:

- i) “Se a nova estrutura do curso estiver bem organizada, será de esperar que estes jovens estejam devidamente preparados [...]. No entanto, existirão algumas funções mais complexas tecnicamente que exigirão um grau de conhecimento mais especializado e aprofundado, que só poderá ser adquirido com o 2º ciclo.”
- ii) “A certeza que há é a de que estamos perante um processo dinâmico e que implica mudança.”

- iii) “Não é de um dia para o outro que o ensino passa da transmissão de conhecimentos para a aquisição de competências. Este é um processo gradual e, neste caso, penso que o Ministério [...] não lidou da melhor forma com este processo.”
- iv) “O processo de Bolonha é bastante complexo [...] os possíveis retornos esperados [...] só são obtidos a longo prazo [...] existe uma grande incerteza quanto aos benefícios que este processo pode trazer....”
- v) “Não percebo como se projecta um determinado projecto [...], de forma a tentar melhorá-lo em muitos sentidos ...e depois houve-se rumores que o Estado poderá fazer ainda mais cortes no financiamento do Ensino Superior...”.

Tendo dado mostras de ser avesso ao planeamento e revelado muito pouco discernimento na gestão corrente do processo, só o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) se tem revelado inabalável no seu convencimento de que tudo corre sobre rodas e que o êxito da reforma está mesmo ali, ao virar da esquina. Para tal, escudam-se o MCTES e o seu titular em números que dizem que 895 cursos já foram adaptados, mais 282 estão a caminho do ser, o que quererá dizer que, até 2008, 88% cumprirão os requisitos de Bolonha (dados de Maio de 2007). Cumprirão?

Porquê a interrogação? Simplesmente, porque o Decreto-Lei 74/2006 estabelece como critério de adequação a Bolonha: a “passagem de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um ensino baseado no desenvolvimento de competências”; e fala, conseqüentemente, em “empregabilidade”. Assim sendo, será que os 88% referidos são mesmo adequação a Bolonha? Ou, posto de outro modo, secundando o que vêm escrevendo diversos analistas do ensino superior (conferir, em particular João Vasconcelos Costa - <http://jvcosta.planetaclix.pt/> -, por exemplo), não serão os sucessos conseguidos meramente administrativos?

Curiosamente, enquanto o “nosso” ministro parece assobiar de contente, numa reunião europeia de balanço, realizada em Londres há poucos meses, o sentimento que emergiu foi de desencanto, quer dizer, a avaliação que se fez foi que “Bolonha 1” não cumpriu e, por isso, é precisa outra, uma “Bolonha 2” ou uma “Bolonha pós-2010”. É precisa, sublinho, porque terá ficado por cumprir a *dimensão social de Bolonha*.

Isto dizendo, parecem-me de grande lucidez as dúvidas expressas pelos meus alunos, mesmo que, como deixei dito, ninguém ponha em causa a necessidade da reforma. E talvez mais preocupação devesse gerar quanto está hoje confirmado que, dizendo-se que se desencadeia uma reforma do ensino superior destinada a acrescentar-lhe eficácia social, operou-se simultaneamente uma redução drástica do financiamento, como se se pudesse fazer omeletas sem ovos.

Concluindo: se a formação dos economistas que importa dar ao mercado, hoje, traz novas exigências quer a nível dos conhecimentos com que devem estar apetrechados quer em matéria de comportamentos e sensibilidade para interagirem com outros profissionais, é incerto que o caminho entretanto trilhado a nível de reforma da formação desses profissionais vá no bom sentido, isto é, seja a resposta que era necessário dar, no horizonte temporal em que se joga o sucesso das empresas e das economias, hoje.

Não sendo prudente fazer nesta altura o balanço da reestruturação dos cursos, de economia, gestão e dos outros, de modo idêntico, na perspectiva da resposta à pergunta sobre o que mudou com a reforma em curso, nomeadamente em termos da eficácia da formação do novo economista, do que ficou assinalado antes julgo que se entenderá que o 1º ciclo não será bastante. Digo isto, como é óbvio, se não quisermos centrar a atenção na redução da duração dos cursos, o que não deixa,

em qualquer dos casos, de ter consequências na robustez das formações oferecidas/conseguidas. A ideia e a exigência de formação do economista ao longo da vida não têm imediatamente que ver com isso mas, muito mais, com a complexidade e velocidade da mudança das economias do nosso tempo.

Conclusão

Se se pode dizer que economistas “são aqueles que transportam para a vida social os modelos de racionalidade comportamental que estão na base de uma melhor combinação dos recursos existentes e, por conseguinte, na optimização do retorno que decorrerá da sua afectação” (Rebelo e Neves, 2007, p.10), não fica mal dizer, também, que “economista será todo o que, qualquer que seja o seu nível de intervenção profissional que possuir, for capaz de compatibilizar, no tempo e no espaço, soluções eficientes com soluções equitativas, processos competitivos com processos de inclusão” (Alves, 2007, p.13). É que a economia deve repousar, igualmente, em valores, acompanhando as referências e as preocupações com o bem-estar social e a sustentabilidade dos recursos naturais que se vão afirmando.

Definir o que é o economista não é o mesmo que explicitar os “actos” da profissão desse técnico. Pode-se mesmo questionar se o “acto” típico de economista existe. Se esta se oferece matéria susceptível de gerar controvérsia, outro tanto não sucede com o reconhecimento de que os economistas portugueses trabalham hoje “em ambientes multiculturais, em contexto internacional e europeu em particular, em ambientes de grande pressão que muitas vezes exigem capacidade de liderança, capacidade de aprender ou de se adaptar a situações novas e a ambientes ou meios culturais diversos” (Proença, 2007, p.10), o que, na medida do esforço e exigência profissional que lhes coloca, reclama uma formação geral e técnica adequada (adequada na solidez; adequada no perfil funcional que seja requerido), já que o economista que o

presente momento reclama tem que saber, tem que saber fazer e tem que sabe ser. (Proença, 2007, p.11).

Neste contexto, se não se questiona nem que a formação inicial deva ter um carácter flexível e generalista, que alie uma sólida formação económica de base à aquisição de competências, de capacidades e de atitudes (Belbute, 2007, p.12), nem a necessidade da formação ao longo da vida, é mais problemático dizer se as respostas que estão a ser dadas no quadro da reforma dos cursos é a que se fazia necessária. Isto, na própria medida em, mesmo se uma melhor adequação das formações oferecidas às necessidades das empresas e da sociedade, em geral, fosse o grande argumento invocado pelo decisor político para precipitar a mudança, há que convir que o acolhimento das “novas” formações pelo mercado de trabalho, a problemática da empregabilidade, se se quiser, ficou arredada do processo que conduziu à reforma em cursos. Da reestruturação dos cursos, o que nesta altura é seguro é que se assistiu à redução das escolaridades totais e parciais das formações oferecidas a nível do 1º ciclo. Como, por um lado, uma sólida formação em macroeconomia, microeconomia e métodos quantitativos não basta para formar o economista capaz de responder aos reptos da gestão das economias modernas, fica daí, por outro lado, espaço para o reforço do papel do 2º ciclo na formação destes profissionais, mesmo que a implementação de novos modelos de ensino-aprendizagem vá fazendo o seu percurso, dando a sua componente de resposta em matéria de atitude à complexidade da realidade actual em matéria de funcionamento e organização das economias.

Referências

- Alves, Manuel Brandão (2007), “Antecipar o futuro”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.13.

- Barros, Pedro Pitta (2007), “Compreender e resolver problemas”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.14.
- Belbute, José Manuel (2007), “Complementar a formação científica” *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.12.
- Constâncio, Maria José (2007), “Manejar os números”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.13.
- Costa, João Vasconcelos, *Reformar a Educação Superior*, <http://jvcosta.planetaclix.pt/>.
- Petiz, Orlando (2007), “Capacidades emocionais”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.14.
- Pimenta, Carlos José Gomes (2007), “Compreender a economia”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.9.
- Pinho, Carlos, *Carta Informativa* (2007), “Capacidade de instrumentalizar soluções”, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.8.
- Proença, João F., *Carta Informativa* (2007), “Formação contínua”, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.11.
- Rebelo, Efigénio e Neves, Rui (2007), “Factor crítico”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.10.
- Ribeiro, J. Cadima (2007), “Um embaraço”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.11.
- Ribeiro, J. Cadima e Santos, J. Freitas (2006), “Estratégias de internacionalização das empresas nacionais: o caso da fileira têxtil”, *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, nº 9, págs. 7-38.
- Sequeira, Tiago Neves (2007), “Rigor e sensibilidade”, *Carta Informativa*, Ordem dos Economistas, Ano 9, Nº 1, Abril, p.14.